



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

88
dy

Grupo de Câmaras de Direito Público

Embargos de Declaração nos Embargos Infringentes nº 0239955-9/01 (N.P.U. 0023601-07.2011.8.17.0000)

Embargante: Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco (FUNAPE) e outro

Embargada: Rafaella Patrícia Neiva de Oliveira

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS INFRINGENTES. PENSÃO POR MORTE. FILHO UNIVERSITÁRIO. ESCLARECIMENTO DA SITUAÇÃO FÁTICA. DESNECESSIDADE. PREQUESTIONAMENTO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE APENAS NAS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CPC. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Em relação ao esclarecimento da matéria fática, entendo que o acórdão embargado expôs de forma suficiente os fatos atinentes à lide.
2. Para fins de prequestionamento, o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe a existência de alguns dos vícios descritos no art. 535 do CPC, o que não é o caso dos autos;
3. Decisão que enfrentou as questões suscitadas com os fundamentos pertinentes, apenas não atendeu a tese defendida pela embargante;
4. Ao contrário do alegado pela parte recorrente, quanto às supostas omissões, a questão em tela foi devidamente enfrentada, e os fundamentos da decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado no acórdão vergastado, tendo sido consignado na decisão embargada que o entendimento deste colegiado é firme na aplicação da lei vigente à época do óbito do segurado para fim de regência das regras aplicáveis à pensão por morte, inclusive em consonância com o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, em súmula de nº 340.
5. Embargos de Declaração desprovidos, sem efeitos infringentes.
6. Decisão Unânime.

ERIK



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

89
af

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nos Embargos Infringentes nº 0239955-9/01, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem o Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento aos Embargos de Declaração, sem efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

9005

Grupo de Câmaras de Direito Público

Embargos de Declaração nos Embargos Infringentes nº 0239955-9/01 (N.P.U. 0023601-07.2011.8.17.0000)

Embargante: Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco (FUNAPE) e outro

Embargada: Rafaella Patrícia Neiva de Oliveira

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos em face de decisão colegiada emitida pelo Grupo de Câmaras de Direito Público nos autos dos Embargos Infringentes, interpostos contra acórdão proferido na Apelação nº 0239955-9, manejados pela FUNAPE contra Rafaella Patrícia Neiva de Oliveira, aos quais se negou provimento para manter incólume o acórdão que manteve a embargada na qualidade de beneficiária, enquanto esta estiver na condição de universitária até completar 25 (vinte e cinco) anos de idade.

Sustenta a FUNAPE, que o acórdão atacado necessita ser esclarecido quanto à matéria fática atinente aos autos. Alega, também, que devem ser prequestionados os seguintes dispositivos legais: art. 6º e parágrafos da Lei de Introdução ao Código Civil; arts. 195, § 5º, art. 5º, *caput* e inciso XXXVI e art. 37 da Constituição Federal; arts. 165, 458 e 535, do Código de Processo Civil.

Argumenta, ainda, que a decisão embargada desconsiderou a vigência da Lei Complementar nº 43, de 05/05/2002, porquanto o acórdão fora fundamentado na Lei 7.551/77, vigente à época do óbito do ex-segurado.

Requer sejam conhecidos e providos os presentes embargos para, sanando as omissões apontadas, esclarecer toda a matéria fática e aclarar as razões que motivam o rechaçamento das teses suscitadas pelo embargante nos recursos anteriores.

É o Relatório.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Embargos de Declaração nos Embargos Infringentes nº 0239955-9/01 (N.P.U. 0023601-07.2011.8.17.0000)

Embargante: Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco (FUNAPE) e outro

Embargada: Rafaella Patrícia Neiva de Oliveira

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Em relação ao esclarecimento da matéria fática, entendo que o acórdão embargado expôs de forma suficiente os fatos atinentes à lide.

Nada há a ser declarado ou aclarado em relação ao acórdão embargado. Com efeito, a questão debatida no acórdão foi suficientemente explanada e solucionada, tendo sido lavrado nos seguintes termos:

EMENTA: EMBARGOS INFRINGENTES. APELAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. PENSIONISTA UNIVERSITÁRIO. PENSÃO CONCEDIDA SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 7.551/77. SÚMULA Nº 340 DO STJ. EXTENSÃO DO BENEFÍCIO ATÉ OS 25 ANOS DE IDADE, DESDE QUE UNIVERSITÁRIO. DESPROVIMENTO DOS INFRINGENTES. DECISÃO POR MAIORIA. 1. Trata-se de Embargos Infringentes em face de acórdão que, por maioria, deu provimento à Apelação Cível para condenar a FUNAPE ao pagamento de pensão por morte devida a filha de segurado, até que esta venha a completar a idade de 25 (vinte e cinco) anos, nos termos garantidos pela Lei Estadual nº 7.551/1977. 2. O fato gerador do benefício de pensão por morte é o óbito do seu instituidor. Desta forma, o regramento para a concessão da pensão por morte deve ser o previsto na legislação vigente à época da ocorrência do fato gerador, em atendimento ao princípio tempus regit actum. Nesse sentido, inclusive, foi publicada pelo Superior Tribunal de Justiça, no ano de 2007, a Súmula 340, a qual preconiza que "A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado". 3. No caso retratado nos autos, a embargada, quando do falecimento de seu pai (23/03/1990), contava apenas com oito anos de idade, sendo inexoravelmente enquadrada na categoria de beneficiário menor. Desta forma, sendo beneficiária menor a embargada estaria acobertada pela regra contida no parágrafo único do art. 17 da multicitada Lei nº 7.551/77. 4. Nos termos da legislação vigente à época do óbito, era prevista a concessão de pensão por morte ao filho de segurado até os 25 (vinte e cinco) anos de idade, desde que mantivesse a condição de universitário. 5. A Administração Pública, no alto de sua autonomia gerencial, pode concluir posteriormente, como de fato acabou por concluir com a edição



9204

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

da Lei Complementar nº 43/2002, pela inviabilidade da manutenção da pensão por morte ao jovem universitário e extrair do ordenamento jurídico sua existência. Todavia, referida extinção apenas poderá se dar a partir da vigência da lei nova e aos atos aquisitivos do direito convolados sob sua égide. 6. Não se trata, portanto, de legar ultratividade à lei revogada, mas de respeitar as situações consolidadas em sua vigência. Inadmissível, sobre este ponto de vista, inclusive, é defender a retroatividade da lei posterior para desconstituir situações jurídicas já delimitadas. 7. Recurso desprovido. 8. Decisão por maioria.

Como se verifica, inexistente contradição, obscuridade ou omissão na decisão. Ao contrário, o acórdão esgotou a matéria, havendo o devido enfrentamento de todas as questões suscitadas.

Com efeito, decisão judicial não é resposta a questionário, tampouco à consulta. Não há lógica e é antieconômico se exigir que sejam abordados todos e quaisquer argumentos ou normas legais, com que litigam as partes no transcorrer do feito, se o órgão julgador já encontrou a motivação necessária para alicerçar o *decisum*.

Uma vez fundamentada a decisão tomada em certo sentido, lógica e automaticamente consideram-se afastadas teses, normas ou argumentos lançados em sentidos diversos.

Ao julgador, portanto, compete fundamentar sua decisão, dizendo por que decidiu de determinada forma e não justificar porque não decidiu de outra.

Registre-se, ainda, que a interpretação do julgado é ônus da condição de parte.

Assim, não é possível, na via estreita dos embargos de declaração, revisar-se a decisão embargada. Igualmente, não é cabível a sua modificação, com alteração de sua substância ou sentido, exceto em situações excepcioníssimas, o que não se verifica no caso.

Nesse sentido:

STJ: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. LEI N. 11.907/09. GAE. INCORPORAÇÃO AO VENCIMENTO BÁSICO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. 1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas não configuram as hipóteses de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no art. 535 do CPC. 2. A



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

rediscussão, via embargos de declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do decisum, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar. 3. Embargos de declaração rejeitados. EDcl no REsp 1343065 / PR. Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES. DJe 02/04/2013.

TJPE: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não considerando vulnerados os dispostos explicitados. ED 276467-4/02. Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 04/10/2012.

Destarte, não evidenciadas as hipóteses do artigo 535 do Código de Processo Civil, não há como se acolher os embargos de declaração, pois, mesmo os chamados embargos de declaração, para fins de prequestionamento, encontram seus limites na norma do aludido dispositivo legal.

Por tais razões, voto no sentido de rejeitar os embargos declaratórios.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator